



**RELATÓRIO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO 2020**



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	5	4.6 <i>Vistorias nas Unidades Consumidoras...</i>	25
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	6	4.7 <i>Iluminação Pública</i>	25
1.1 <i>Tarifas de Energia.....</i>	6	4.8 <i>Plantão 24 horas</i>	25
1.2 <i>Investimento Remunerável.....</i>	6	4.9 <i>Análise de Projetos Elétricos.....</i>	25
2 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	7	4.10 <i>Balanco Energético - Janeiro/2019 a Dezembro/2020</i>	25
2.1 <i>Distribuição de energia elétrica</i>	7	4.11 <i>Conclusão.....</i>	26
2.2 <i>Ligações de Consumidores</i>	7	5 Planejamentos de Atividades – 2021.....	27
2.3 <i>Distribuição direta por classe de consumo...8</i>		5.1 <i>Suprimento de Energia.....</i>	27
2.4 <i>Receita.....</i>	9	5.1.1 <i>Sistema de Distribuição de Energia Elétrica</i>	27
2.5 <i>Tarifas.....</i>	11	5.2 <i>Redes de Distribuição de Energia Elétrica de Alta Tensão.....</i>	27
2.6 <i>Qualidade do fornecimento</i>	11	5.3 <i>Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Baixa Tensão.....</i>	28
2.7 <i>Tecnologia da informação</i>	12	5.4 <i>Aquisição de Equipamentos</i>	28
2.8 <i>Novos negócios.....</i>	12	6 AUDITORES INDEPENDENTES.....	30
2.9 <i>Desempenho econômico-financeiro.....</i>	13	7 AGRADECIMENTOS.....	31
2.10 <i>Investimentos</i>	13	Balanco Patrimonial - Ativo.....	32
2.11 <i>Valor adicionado</i>	14	Balanco Patrimonial - Passivo.....	33
2.12 <i>Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras.....</i>	14	Demonstração do Resultado.....	34
2.13 <i>Composição das quotas do capital social.....</i>	14	Demonstração do Resultado.....	35
2.14 <i>Comportamento do preço das quotas...15</i>		Demonstração do Resultado Abrangente.....	36
2.15 <i>Atendimento aos associados e consumidores</i>	15	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	37
3 GESTÃO	17	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	38
3.1 <i>Planejamento Empresarial.....</i>	17	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	39
3.2 <i>Recursos Humanos.....</i>	17	1 CONTEXTO OPERACIONAL	40
3.3 <i>Responsabilidade Social.....</i>	17	2 DA CONCESSÃO	40
3.4 <i>Responsabilidade Ambiental.....</i>	17	3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	40
3.5 <i>Concessionária em números.....</i>	18	A) <i>Base de Mensuração</i>	41
3.5.1 <i>Atendimento</i>	18	B) <i>Estimativas Contábeis</i>	41
3.5.2 <i>Mercado.....</i>	18	4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	42
3.5.3 <i>Dados Operacionais.....</i>	19	5 DISPONIBILIDADES.....	52
3.5.4 <i>Dados Financeiros</i>	19	5.1 <i>Numerário em Trânsito.....</i>	53
3.5.5 <i>Indicadores de Desempenho.....</i>	19	6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	53
3.6 <i>Área de concessão.....</i>	20	7) CONSUMIDORES.....	53
4 DESEMPENHOS COMERCIAIS	21		
4.1 <i>Construções de Redes.....</i>	21		
4.2 <i>Serviços Executados – Instalações de Transformadores</i>	23		
4.3 <i>Subestação Rincão.....</i>	24		
4.4 <i>Loteamentos Melhorias.....</i>	24		
4.5 <i>Sistema de Distribuição de Energia Elétrica.....</i>	24		

8) RENDAS A RECEBER.....	56		
9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	56		
10) OUTROS CRÉDITOS	57		
11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES	57		
12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	58		
13) ESTOQUE.....	59		
14) SERVIÇOS EM CURSO	59		
15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	59		
16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	60		
17) TRIBUTOS DIFERIDOS.....	60		
18) DEPÓSITOS JUDICIAIS	60		
19) INVESTIMENTOS.....	60		
20) IMOBILIZADO.....	61		
21) FORNECEDORES.....	63		
22) FOLHA DE PAGAMENTO	64		
23) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	64		
24) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	65		
a. CIRCULANTE.....	66		
b. NÃO CIRCULANTE	66		
25) CREDORES DIVERSOS	67		
26) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	67		
27) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	67		
28) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	68		
29) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	68		
30) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	68		
31) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO	69		
32) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	69		
a. Fiscais	70		
b. Trabalhistas	70		
		c. Regulatórias.....	70
		33) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....	71
		34) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	72
		35) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	72
		35.1 Capital social.....	72
		35.2 Reservas de capital	73
		35.3 Ajuste de avaliação patrimonial	73
		35.4 Reserva de sobras.....	74
		36) RECEITA OPERACIONAL	75
		36.1 Fornecimento energia elétrica.....	75
		36.2 Uso do sistema de distribuição	75
		36.3 Fornecimento não Faturado	76
		36.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução	76
		36.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	76
		36.6 Consumidores Livres	77
		36.7 Doações, contribuições e subvenções... ..	77
		36.8 Serviço e outras receitas.....	77
		37) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	77
		37.1 Impostos	77
		37.2 Encargos do Consumidor	78
		37.3 Receitas de Ultrapassagens	78
		38) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	78
		39) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	79
		40) DESPESAS OPERACIONAIS.....	79
		41) RESULTADO FINANCEIRO	80
		42) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81
		43) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	81
		44) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	82
		45) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	82
		46) SEGUROS	82

47) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	83
48) EVENTOS SUBSEQUENTES.....	83
49) PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	84
50) PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	85
51) EDITAL DE CONVOCAÇÃO	88
52) ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL.....	91

CARTA DO PRESIDENTE

Aos associados,

Em cumprimento às disposições legais, estatutárias e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todas as esferas.

Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

O ano de 2020 foi incomum, mas de trabalho intenso e dedicação por parte de todos: diretoria, colaboradores, parceiros e associados. Conquistamos muito em apenas dois anos de gestão. Adentramos no exercício de 2021 com sentimento de satisfação pelos feitos e resultados obtidos e de disposição para fazer mais.



Reginaldo de Jesus
Presidente

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o reajuste tarifário anual, de 2020. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 10,00% positivo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2021. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.764, de 25 de agosto de 2020, e nota técnica nº 165/2019 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

Capítulo II

Das Sociedades Cooperativas.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

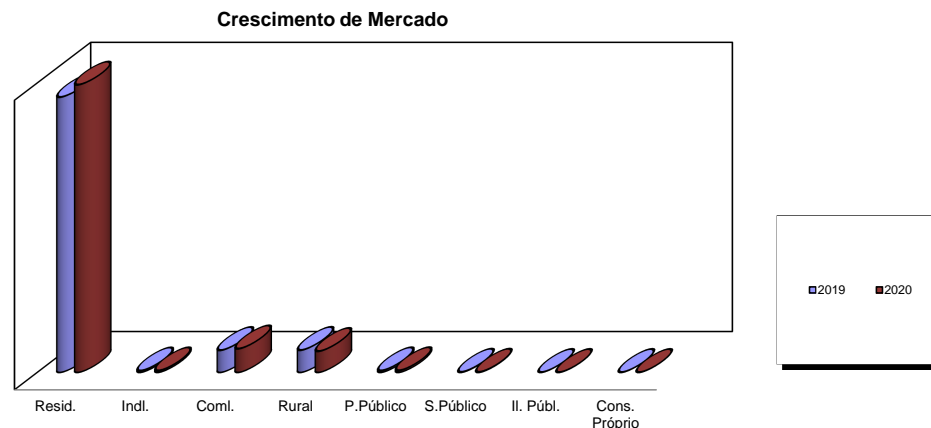
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 40.571 consumidores cativos e 07 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2020, a Cooperaliança registrou um crescimento de 4,06% em seu número de consumidores e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 1,67%.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 4,06% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2020	2019	%
Residencial	34.770	33.275	4,49
Industrial	190	178	6,74
Industrial (Parcialmente livre)	06	06	-
Comercial	2.828	2.637	7,24
Comercial (Parcialmente livre)	01	04	(75,00)
Rural	2.526	2.655	(4,86)
Poder Público	214	198	8,08
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	34	33	3,03
Consumo Próprio	05	05	-
TOTAL	40.578	38.995	4,06



2.3 Distribuição direta por classe de consumo

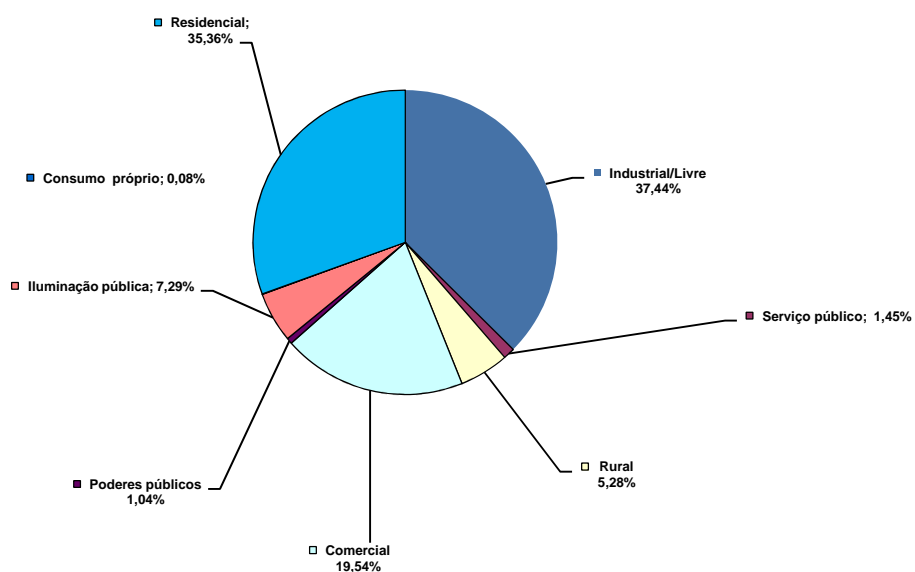
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2020 foi de 194.462MWH e no mercado livre 29.633MWH registrando um aumento no mercado da concessionária de 1,67% em relação a 2019.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Iluminação Pública, Serviços Públicos e Comercial.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2020	2019	%
Residencial	68.388	62.674	9,12
Industrial	56.810	58.307	(2,57)
Consumidores Livres	27.080	31.416	(13,80)
Comercial	41.237	36.908	11,72
Comercial Livres	2.553	3.272	(21,97)
Rural	11.841	12.261	(3,42)
Poderes Públicos	1.409	1.782	(20,93)
Serviços Públicos	2.716	2.224	22,12
Iluminação Pública	11.931	11.433	34,75
Consumo Próprio	130	135	(3,70)
TOTAL	224.095	220.412	1,67

CONSUMO POR CLASSE



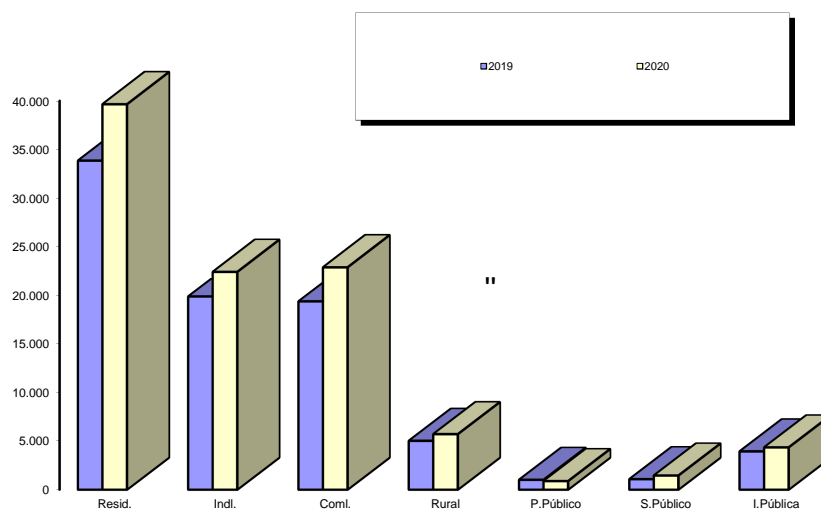
2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 76.155 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2020	2019	%
Residencial	39.656	33.921	16,91
Industrial	22.507	19.895	13,13
Comercial	22.973	19.389	18,48

Rural	5.680	4.996	13,69
Poderes Públicos	877	1.009	(13,08)
Iluminação Pública	4.324	3.916	10,42
Serviço Público	1.444	1.074	34,45
Consumidores Livres	16.986	17.910	(5,16)
Fornecimento – Diferimento ou Devolução	(1.138)	(2.650)	57,06
Renda não faturada	335	625	(46,40)
Serviços	210	368	(42,93)
Doações, Contribuições e Subvenções	4.556	10.692	(57,39)
Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	122	(1.604)	111,47
Subtotal	118.532	109.541	8,21
ICMS	(27.145)	(23.865)	13,74
PIS/COFINS	(760)	(757)	0,40
ISSQN	(27)	(25)	8,00
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(13.521)	(13.798)	(2,01)
Ultrapassagem de demanda e reativos	(924)	(632)	46,20
Subtotal	(42.377)	(39.077)	8,44
TOTAL	76.155	70.464	8,08

Receita Líquida



2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2020, foi de R\$ 542,21 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2020	2019
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	579,31	541,00
Industrial	529,38	457,29
Comercial	599,44	568,71
Rural	478,57	407,16
Poder Público	621,82	566,04
Serviço Público	531,48	483,13
Iluminação Pública	362,39	342,50
Consumo Próprio	635,29	596,53
MÉDIA	542,21	493,88

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	4,08	5,70	4,08	5,43	0,890	0,840

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Visando sempre a melhoria de suas tecnologias de informação a Cooperaliança investiu no ano de **2020 R\$ 24 mil** em novos equipamentos de informática.

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

Neste sentido, a distribuidora realizou leilão para aquisição de energia no mercado livre em 17 de julho de 2020, na qual se sagrou vencedora a empresa Copel Mercado Livre com início do fornecimento em 01 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2038. Essa aquisição de energia elétrica foi realizada com objetivo de reduzir o custo na compra e conseqüentemente manter uma tarifa justa e competitiva para os consumidores da Aliança. Atualmente, a concessionária tem um desconto que equivale 26,52% na tarifa de suprimento de energia e se findará gradativamente durante os próximos anos.

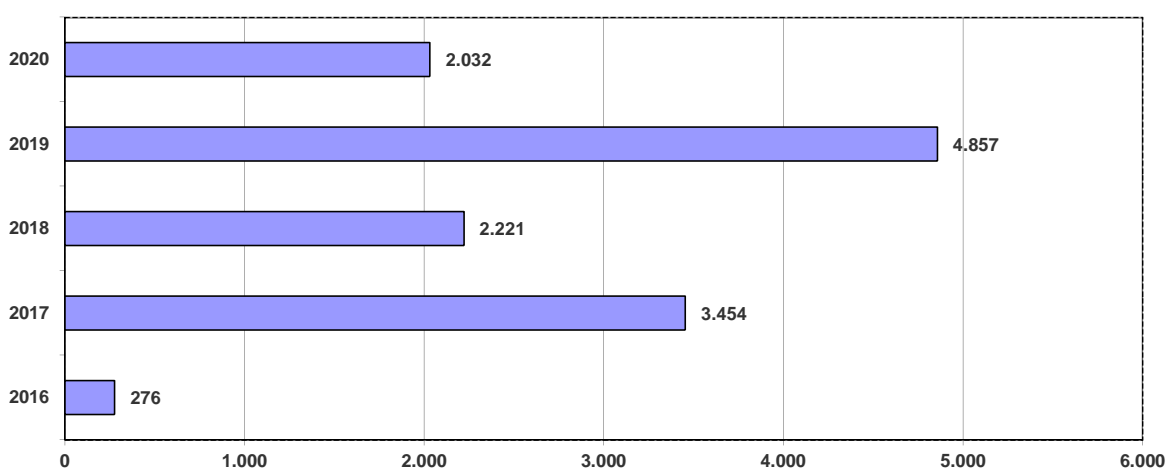
2.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2020, as sobras do exercício foram de R\$ 2.032 mil, contra R\$ 4.857 mil de 2019 o que representou uma redução de 58,16%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2020, R\$ 76.155 mil, enquanto em 2019 o resultado foi de R\$ 70.464 mil, representando um aumento de 8,08%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2020 foi de 84.731 mil contra 67.872 mil em 2019 representando um aumento de 24,84.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



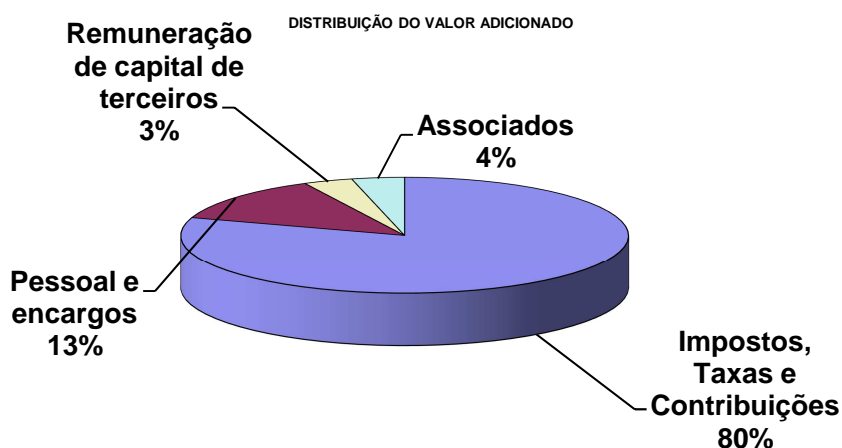
2.10 Investimentos

Em 2020, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 6.261mil, 28,43% maiores em relação a 2019, conforme segue:

Investimentos - R\$ mil			
	2020	2019	%
Obras de Distribuição	5.999	4.684	28,07
Instalações Gerais	48	44	9,09
Veículos	198	144	37,50
Intangível	16	3	433,33
TOTAL	6.261	4.875	28,43

2.11 Valor adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 53.413mil, representando 45,06% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da concessionária era de R\$1.737milhões, composto por 1.737.000quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2019	40.854	1.599
Total de associados em Dez/2020	43.800	1.737

2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII

Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais).

2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um tele atendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 18 horas.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O tele atendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais,

problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia, solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2020 a concessionária investiu R\$ 25 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2020	2019	%
Número de consumidores	40.578	38.995	4,06
Número de empregados	101	105	(3,81)
Número de consumidores por empregado	402	371	8,09
Número de postos de atendimento	04	04	-

3.5.2 Mercado

	2020	2019	%
Área de concessão (Km ²)	366	366	-
Demanda máxima (MW)	54,00	53,3	1,31
Distribuição direta (MWH)	224,095	220,412	1,67
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1.967	1,836	7,13
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	542,21	493,88	9,79
Residencial	579,31	541,00	7,08
Industrial	529,38	457,29	15,76
Comercial	599,44	568,71	5,40
Rural	478,57	407,16	17,54
Poder Público	621,82	566,04	9,85
Serviços Públicos	531,48	483,13	10,00
Iluminação Pública	362,39	342,50	5,81
Consumo próprio	635,29	596,53	6,98
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,08	5,70	28,42
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,08	5,43	24,86

3.5.3 Dados Operacionais

	2020	2019	%
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição AT/BT (km)	1.462	1.432	2,09
Linha de Distribuição em 69 KV (Km)	8,37	8,37	-
Capacidade instalada (MVA)	146,48	139,7	4,85

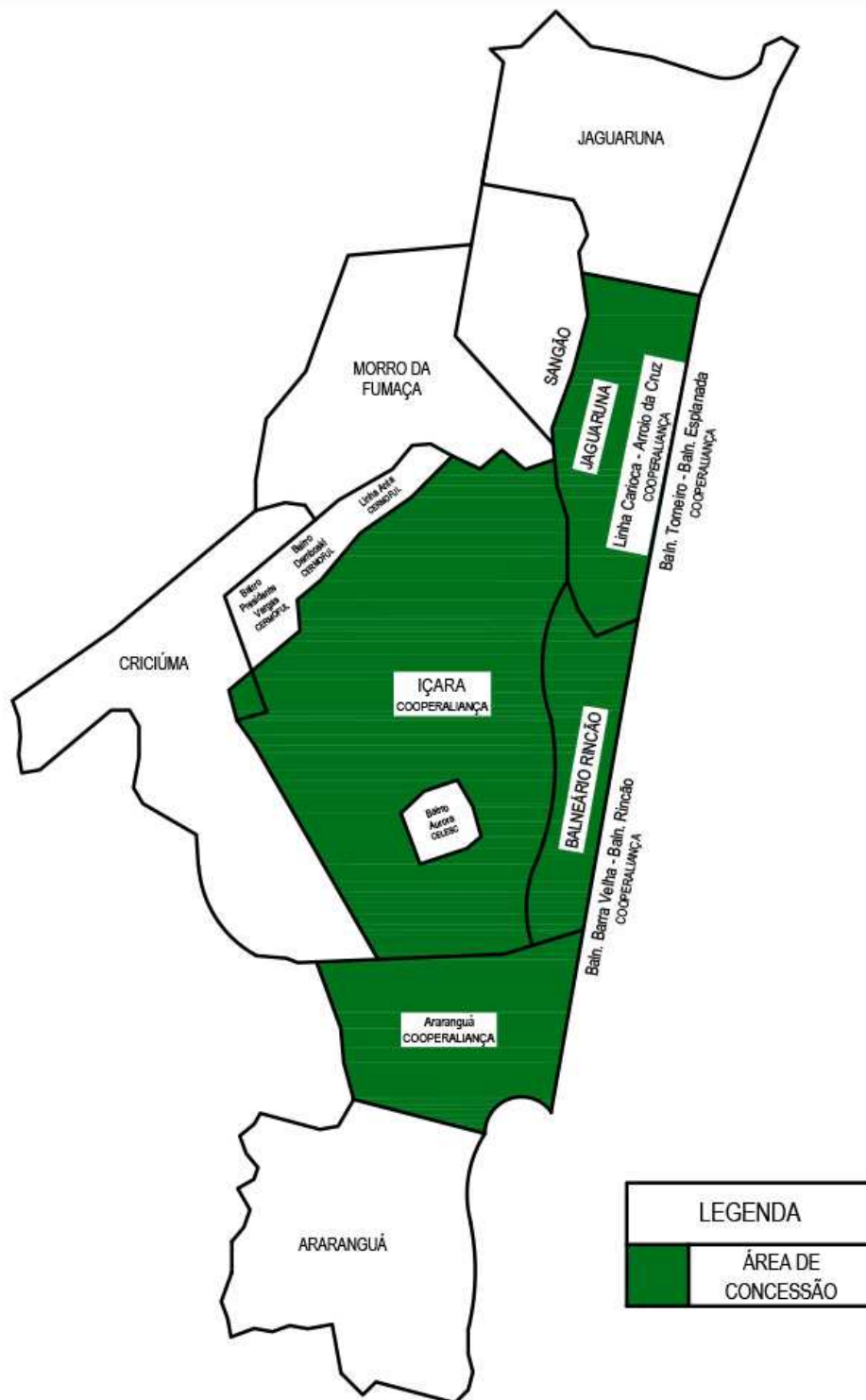
3.5.4 Dados Financeiros

	2020	2019	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	118.532	109.541	8,21
Receita operacional líquida (R\$ mil)	76.155	70.464	8,08
Margem operacional do serviço líquida (%)	64,25	64,33	(0,12)
Sobras líquidas (R\$ mil)	2.032	4.857	(58,16)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	44.023	42.170	4,39
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,090	1,036	0,53
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2020	2019	%
Salário médio dos funcionários em R\$	4.390	4.188	4,82
Energia comprada por funcionário em MWH	2.219	2.099	5,72
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,52	5,65	(2,30)

3.6 Área de concessão



4 DESEMPENHOS COMERCIAIS

4.1 Construções de Redes

Tabela de redes de distribuição de energia elétrica por municípios, extensão em metros.

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Poço 03	1380	520	150	90
Vila São Pedro	115	200	280	200
Linha Esperança			120	80
Rio Acima	152	585	380	
Cristo Rei	50	20	130	
Poço 08	100		240	
Rio dos Anjos	376		160	80
Jaqueline	112		50	
Lombas Pedreiras	95		125	80
Marili			180	
Santa Cruz	1560	330	660	640
Boa Vista	710	700	630	160
Sanga Funda	1050	520	490	90
Linha Frasson	180			
Liri	30	60	380	380
Raichask	230		180	50
Espigão	310			
Rio dos Anjos			160	160
Linha Três Ribeirões	770		450	290
Coqueiros	250	550	2730	2300
3ª Linha	2155	723	560	80
2ª Linha	2280	750	820	490
1ª Linha		500	500	
Linha do Meio	450			
Barracão	550		220	780
Vila Nova	90	4570	1665	1395
Jardim Silvana			290	210
Jardim Elizabeti	110	1820	540	60
Linha Zilli	230		70	
Centro	1000	300	810	420
Esplanada	760	310	660	480
Linha Santa Cruz	200		150	230
Urussanga Velha II	80		150	
Primeiro de Maio			50	480
Ponta do Mato	30			

Barreira	60		180	100
Corda Bamba	35		100	
Linha Jacó	150			
Linha Zilli	230		70	
N.S. de Fatima		100	440	240
Rio dos Porcos Sul	470	40	195	
Rio dos Porcos Norte			50	100
Vila Alvorada	412	300	320	400
Linha Pasqualine	30			
Tereza Cristina	132	100		
Total em metros	16.694	13.048	15.695	9.585

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneário Rincão	3950	1790	4860	1380
Vila Suíça	185		245	
Barra Velha	65		100	
Pedreiras	235		60	06
Terra Firme			1360	1550
Lagoa dos Faxinal	100			
Lagoa dos Freitas	175	135	980	250
Lagoa dos Esteves	490		160	
Total em metros	5.200	1.925	7.765	3.636

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneária Esplanada	150		810	190
Balneário Torneiro	680	80	520	400
Linha Carioca			90	90
Arroio da Cruz			60	60
Total em metros	830	80	1.480	740

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 15,05 km de Alta Tensão e 22,72 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 13,96 km de Alta Tensão e 24,94 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	3- 112,5, 3-112,5	3-75 p/ 3-150
Jardim Elizabete	3-112,5,	
Boa Vista	3-30	
Sanga Funda	3-45	
Cristo Rei	3-112,5,	
N.S. de Fatima	3-112,5, 3-112,5 3-750	
Vila São Pedro	3-45	
3ª Linha	3-2000, 3-30	3-30 p/ 3-75
2ª Linha	3-30	
1ª Linha	30-150, 3-150	
Linha Zilli	3-45	
Vila Alvorada	3-30	
Vila Nova	3-45	
Poço 08	3-75	
Coqueiros	3-45,	
Tereza Cristina	3-45, 3-150	3-45 p/ 3-75
Raichaski	3-75	
Esplanada	3-75	3-45 p/ 3-75
Barracão	3-150, 3-300	
Rio dos Porcos Sul	3-225, 3-300, 1-15, 3-112,5	
Rio dos Porcos Norte	3-45	
Jardim Silvana	3-45	
Liri	3-150, 3-112,5	
Total - Potência	33 transformadores– 5832 kva	04 transformadores–180 kva

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados
Balneário Rincão	3-112,5, 3-112,5, 3-45	
Pedreiras		3-45 p 3-75, 3-45 p/ 3-75
Vila Suíça		3-30 p/ 3-45
Total - Potência	03 transformadores – 270kva	03 transformadores–75kva

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Balneário Esplanada		3-45 p/ 3-75,
Total - Potência	0 transformadores -0kva	01 transformador – 30kva

Neste período foram implantadas 36 novas subestações e ampliadas 08 totalizando 44 subestações, aumentando a carga instalada do sistema em 6,3 MVA.

4.3 Subestação Rincão

A ampliação da Subestação Rincão foi concluída com a instalação do segundo transformador de força, com potência nominal de 26,6 MVA aumentando a carga instalada para 53,2 MVA.

Nova configuração da subestação passou a ser com 08 alimentadores de saída para distribuição de energia elétrica.

4.4 Loteamentos Melhorias

Obras de padronização dos circuitos de distribuição de energia elétrica nos Bairros com redes isoladas multiplexadas, ampliação de cargas e instalação de novos transformadores, para divisão de circuitos.

4.5 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

Transferência de cargas para ajuste na demanda em 4,5 MW da subestação Rincão para subestação Içara, entre os alimentadores RAO 01 e IÇA 02 nas localidades Esplanada, Balneário Esplanada e áreas do município de Jaguaruna, no período de final de ano.

Finalizamos a energização dos novos alimentadores RAO 05, 06, 07 e 08 para atendimento do Balneário Rincão e localidades vizinhas.

Nova configuração do sistema de distribuição de energia elétrica passou para 13 alimentadores de distribuição, sendo 08 da Subestação Rincão e 05 alimentadores oriundos da Subestação Içara, proporcionando facilidade de recomposição no sistema de distribuição nos casos de falha nos circuitos.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 3.798 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança executou os serviços de iluminação pública no município de Içara conforme contrato, os demais municípios ficaram sobre responsabilidades das prefeituras.

4.8 Plantão 24 horas

Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 3.717 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica, restabelecendo a recomposição do sistema de distribuição de energia elétrica

Os consumidores foram orientados nos procedimentos de instalações elétricas com referência as normas técnicas da Cooperaliança.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Neste período foram analisados 284 projetos sendo, 256 residências, 18 comerciais, 03 indústrias e 07 loteamentos.

Orientamos os consumidores a seguirem as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétrica, buscando diminuir o impacto das novas cargas no sistema de distribuição de energia elétrica.

4.10 Balanço Energético – Janeiro 2019 a Dezembro de 2020

Durante o período a Cooperaliança adquiriu da supridora Celesc um total de 244,6 Gwh/ano e distribuiu 224,1 Gwh/ano, totalizando 20,5 Gwh/ano de perdas anuais representando 8,4 %.

4.11 Conclusão

A ampliação da Subestação Rincão aumentou a segurança e confiabilidade ao sistema de distribuição de energia elétrica, com capacidade de transferência de cargas entre os alimentadores, fácil recomposição do sistema de distribuição em caso de falhas, aumentando a capacidade de carga da Subestação Rincão para 53 MVA, disponível para os consumidores.

A nova configuração do sistema de distribuição de energia proporciona facilidade na transferência de carga entre os alimentadores, melhorando os índices de qualidade e redução das perdas elétricas do sistema.

5 Planejamento de Atividades – 2021

Estamos sempre em busca de novas tecnologias e inovações para comercialização e distribuição energia elétrica com qualidade em atender as necessidades de nossos associados e consumidores dentro dos padrões técnicos e de segurança.

Onde podemos destacar os seguintes itens:

5.1 Suprimento de Energia

Os contratos de demanda e energia elétrica para o mercado da Cooperalliança com a supridora Celesc, para os dois pontos de atendimentos, localizado na Subestação no Bairro Jaqueline em Içara.

5.1.1 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema distribuição de energia elétrica é composto por treze alimentadores formando uma malha de 1.498 km de extensão divididos em 1.658 circuitos de baixa tensão.

Com crescimento da demanda dos alimentadores, estamos substituindo os condutores dos ramais de alta tensão aumentando a capacidade de carga.

Nas redes de baixa tensão realizamos padronização nos circuitos para cabos isolados, melhorando os índices de falha no sistema

5.2 Redes de Distribuição de Energia Elétrica de Alta Tensão

Buscamos novas tecnologias e inovações no sistema de distribuição de energia elétrica, com novos equipamentos e melhorando o sistema de isolamento elétrico das redes alta tensão.

As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE Rincão	Alimentadores RAO 06 interligação das redes	195	Ampliação de cargas
2	SE Rincão	Novo alimentador RAO 07 interligações das redes	210	Ampliação de cargas
3	SE Içara	Alimentador IÇA 02 interligações das redes	70	Ampliação de cargas
4	SE Içara	Alimentador IÇA 05	65	Ampliações de cargas
	Total		540	

5.3 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	SE'S	Divisão de circuitos elétricos recondutoramento - redes baixa tensão	700	Instalações de novos transformadores.
2	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	970	Manutenções corretivas e preventivas.
3		Ampliação recondutoramento AT e BT	990	Ampliação e recondutoramento
4	SE'S	Melhorias do sistema elétrico de distribuição	770	Manutenção preventiva e recondutoramento
5	SE'S	Sistema de medição e equipamentos	920	Novos consumidores
	Total		4.350	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Equipamentos necessários para atendimento ao mercado de energia, conforme resolução da Aneel.

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
50	Transformadores	350	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
1.500	Medidores de Energia	600	Atender ao crescimento de mercado
Total		950	

Total dos investimentos: R\$ 5.840.000,00 (cinco milhões oitocentos e quarenta reais)

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Eyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2020.

7 AGRADECIMENTOS

Completamos nosso segundo ano a frente da administração da Cooperaliança. Apesar do ano atípico, que nos exigiu muitos cuidados, encerramos com sentimento de satisfação, sabendo que cada integrante da nossa equipe trabalhou para que nossos objetivos fossem atingidos. Por isso, agradeço ao nosso vice-presidente Paulo Rodrigues da Silva, o secretário Anselmo Freitas e os conselheiros Cleber Luiz de O. da Silva, Fernando Germano Selinger, Henrique Guglielmi, Quintino Rizzieri Pavei e Samuel Goulart Baldissera.

Além disso, estendo os meus agradecimentos a todo Conselho Fiscal, que exerceu com competência a função que lhes foi confiada e os Delegados junto à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina (Fecoerusc).

Apesar das adversidades deste ano difícil, o compromisso com o associado foi posto em primeiro lugar e a compra de energia elétrica diretamente no Mercado Livre foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO), e realizada com sucesso. A compra garante competitividade mesmo que com a perda de subsídio e garante um preço mais justo para aliar a qualidade dos serviços prestados por nossos colaboradores.

O sucesso da gestão fez com que tivéssemos o investimento de R\$ 6.261 Milhões em aliado ao trabalho excepcional dos nossos servidores, que diariamente se doam ao máximo para atender da melhor forma os 40.578 consumidores e associados dos quatro municípios de abrangência: Içara, Balneário Rincão, Parte de Jaguaruna e Araranguá.

Findo os agradecimentos registrando a presteza da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) à está distribuidora e responsável pela regulação do nosso trabalho.



Reginaldo de Jesus
Presidente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2020	2019
ATIVO			
Circulante		28.931	28.850
Numerário disponível	5	2.471	3.051
Aplicações no mercado aberto	6	927	1.061
Numerário em transito	5.1	174	409
Consumidores	7	23.663	20.432
Rendas a receber	8	514	301
Tributos a compensar	9	661	525
Outros créditos	10	1.700	1.601
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	321	446
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(5.172)	(5.047)
Estoque	13	728	1.215
Serviços em curso	14	1.511	1.680
Despesas pagas antecipadamente	15	10	2
Ativos Financeiros Setoriais	16	1.423	3.174
Não Circulante		63.095	57.023
Realizável a longo prazo		3.872	2.829
Tributos a compensar	9	301	91
Consumidores	7	1.406	1.406
Tributos Diferidos		342	-
Outros créditos	10	167	158
Ativo indenizável (concessão)	19	1.577	1.141
Depósitos judiciais	17	79	33
Investimentos	18	2.152	2.149
Intangível	19	57.071	52.045
TOTAL DO ATIVO		92.026	85.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2020	2019
PASSIVO			
Circulante		37.484	32.967
Fornecedores	20	13.590	11.434
Folha de pagamento	21	323	292
Tributos e contribuições sociais	22	6.937	3.729
Empréstimos e financiamentos	23	3.398	4.949
Credores diversos	24	897	1.429
Passivos Financeiros Setoriais	25	2.318	1.848
Obrigações estimadas	26	829	679
Encargos do consumidor a recolher	27	4.845	3.983
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energetica	28	3.670	4.084
Outras contas a pagar	29	677	540
Não Circulante		10.519	10.736
Fornecedores	20	-	1.056
Empréstimos e financiamentos	23	1.705	2.718
Provisões para contingências	31	2.435	2.435
Participação financeira do consumidor	32	6.379	4.527
Patrimônio líquido		44.023	42.170
Capital social	34.1	1.737	1.599
Reservas de capital	34.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	34.3	5.714	6.573
Reservas de sobras	34.4	8.032	7.823
Fundo de assistência técnica educacional e social	34.4	1.639	1.053
Reserva para geração de energia	34,4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	34,4	23.777	21.063
Fundo de expansão da sede social	34,4	371	371
Sobras a Disposição da AGO	34.4	732	1.667
TOTAL DO PASSIVO		92.026	85.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2020	2019
Receita Operacional		118.532	109.541
Fornecimento de energia elétrica	35.1	41.220	30.001
Uso do sistema de distribuição	35.2	56.241	54.199
Fornecimento não Faturado	35.3	335	625
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	35.4	(1.138)	(2.650)
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	35.5	122	(1.604)
Consumidores Livres	35.6	16.986	17.910
Doações, contribuições e subvenções	35.7	4.556	10.692
Serviços e outras receitas	35.8	210	368
(-) Deduções da receita operacional		42.377	39.077
ICMS	36.1	27.145	23.865
PIS-PASEP	36.1	135	135
COFINS	36.1	625	622
ISSQN	36.1	27	25
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	36.2	13.521	13.798
Receitas de Ultrapassagens	36.3	924	632
(=) Receita operacional líquida		76.155	70.464
(-) Custo do serviço de energia elétrica		84.731	67.872
Energia elétrica comprada para revenda	37	42.143	36.871
Encargo de uso do sistema de distribuição	38	16.425	10.481
Custo de operação		26.163	20.520
Pessoal e administradores	39	7.778	7.387
Material		1.761	1.240
Serviços de terceiros		2.750	2.532
Depreciação e amortização		3.430	3.335
Custo de construção		10.158	5.064
Provisões		286	962
(=) Sobra/Perda Bruta		(8.576)	2.592
(+) Receitas operacionais		12.605	6.155
Receitas operacionais		12.605	6.155
(-) Despesas operacionais		1.409	1.922
Outras despesas operacionais		1.409	1.922
(=) Resultado do serviço		2.620	6.825
(+/-) Receita (despesa) financeira		(336)	(1.719)
Receitas financeiras	40	1.562	1.231
Despesas financeiras	40	1.898	2.950
(=) Resultado operacional		2.284	5.106
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		2.284	5.106
(-) Contribuição social		73	72
(-) Imposto de renda		179	177
(=) Sobras/Perda do exercício		2.032	4.857

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	98.934	18.674	117.608
Fornecimento Faturado	79.335	18.126	97.461
Fornecimento não Faturado	309	26	335
Receita de Ultrapassagens	(752)	(172)	(924)
Cosumidores Livres	16.986	-	16.986
Outros	6	-	6
Fornecimento - Demais Ativos	99	23	122
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	(926)	(212)	(1.138)
Serviços e outras receitas	139	65	204
Doações, Contribuições e Subvenções	3.738	818	4.556
(-) Deduções da receita operacional	34.231	7.222	41.453
ICMS	22.835	4.310	27.145
PIS-PASEP		135	135
COFINS		625	625
ISS	22	5	27
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	11.374	2.147	13.521
(=) Receita operacional líquida	64.703	11.452	76.155
(-) Custo do serviço de energia elétrica	71.277	13.454	84.731
Suprimento de energia Elétrica	49.268	9.300	58.568
Custo de operação	22.009	4.154	26.163
Pessoal e administradores (462 mil)	6.543	1.235	7.778
Material	1.481	280	1.761
Serviços de terceiros	2.313	437	2.750
Depreciação e amortização	2.886	544	3.430
Custo de Construção	8.545	1.613	10.158
Provisões	241	45	286
(=) Sobra Bruta	(6.574)	(2.002)	(8.576)
(+) Receitas operacionais	9.649	2.956	12.605
Receitas operacionais	9.649	2.956	12.605
(-) Despesas operacionais	1.185	224	1.409
Outras despesas operacionais	1.185	224	1.409
(=) Resultado do serviço	1.890	730	2.620
(+/-) Receita (despesa) financeira	(283)	(53)	(336)
Receita financeira	1.314	248	1.562
Despesa financeira	1.597	301	1.898
(=) Resultado operacional	1.607	677	2.284
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	1.607	677	2.284
(-) Contribuição Social		73	73
(-) Imposto de renda		179	179
(=) Sobras do exercício	1.607	425	2.032

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2020	2019
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2.032	4.857
(+/-) Resultado Abrangentes	577	710
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	-
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	485	587
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	92	123
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.609	5.567
RESULTADOS COM TERCEIROS	517	804
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	425	681
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não Associados)	92	123
Base para Destinações Legais e Estatutárias	2.092	4.763
Fundo de Reserva - Art. 46, inc. a - Estatuto Social - 10%	209	476
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	105	238
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	1.046	2.382
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	517	804
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	732	1.667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária									
	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Saldo a	Total
				Reserva sobre recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos	Fundo de expansão da sede social	disposição da AGO		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.547	873	7.627	7.346	1.148	195	17.649	371	1.033	37.789
Capital Social										-
Integralização das Sobras	-									-
Integralização de Quotas	73									73
Capital a Integralizar	(21)									(21)
Integralização de reservas/fundos										
Realização de reservas/fundos			(1.054)	-		(184)			709	(529)
Aumento nas reservas				-			1.033		(1.033)	-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									4.177	4.177
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									681	681
Destinações legais						804			(804)	-
Destinações estatutárias:				477		238	2.381		(3.096)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória			-							-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.599	873	6.573	7.823	1.148	1.053	21.063	371	1.667	42.170
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	146									146
Capital a Integralizar	(8)									(8)
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas/fundos			(859)			(36)			578	(317)
Aumento nas reservas							1.667		(1.667)	-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									1.606	1.606
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									426	426
Destinações legais						517			(517)	-
Destinações estatutárias:				209		105	1.047		(1.361)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória										-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.737	873	5.714	8.032	1.148	1.639	23.777	371	732	44.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.020	2.019
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	2.032	4.857
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	125	194
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	125	194
Resultado Ajustado do Exercício	2.157	5.051
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(1.762)	8.515
Consumidores	(3.231)	(2.215)
Rendas a receber	(213)	1
Tributos a compensar	(346)	142
Outros créditos	(108)	(164)
Estoques	487	(898)
Premios de seguros	(8)	12
Serviço em curso	169	(442)
Subsídios tarifários e redução tarifária	125	9.053
Ativos financeiros setoriais	1.751	3.026
Depósitos judiciais	(46)	-
Tributos diferidos	(342)	-
Aumento(redução) no passivo circulante	6.864	(11.447)
Fornecedores	1.100	(5.323)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	31	30
Tributos e contribuições sociais	3.208	(742)
Credores diversos	(532)	(329)
Obrigações estimadas	150	(136)
Encargos do consumidor a recolher	862	2.346
Outras contas a pagar	137	71
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(414)	578
Provisão para contingências	-	767
Participação financeira do consumidor	1.852	571
Passivos financeiros setoriais	470	(9.280)
Caixa oriundo das atividades operacionais	7.259	2.119
Atividades de investimento		
Aumento (Redução) nos investimentos	(3)	(59)
Ativo indenizável (concessão)	(436)	(175)
Aplicações no intangível	(5.026)	(364)
Total das atividades de Investimento	(5.465)	(598)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	138	52
Reservas de capital	-	-
Realização ou avaliação patrimonial (regulatória)	(281)	(344)
Redução da reserva de fatos	(36)	(184)
Empréstimos e financiamentos	(2.564)	1.946
Total das atividades de Financiamento	(2.743)	1.470
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(949)	2.991
Saldo inicial de caixa	4.521	1.530
Saldo final de caixa	3.572	4.521
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(949)	2.991

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAD - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2020	2019
Receitas	129.927	114.102
Venda de energia e serviços	57.403	45.886
Uso do sistema de distribuição	56.241	54.199
Receita de construção	10.158	5.064
Locação de postes	1.789	839
Doações, Contribuições e Subvenções	4.556	10.692
Serviços e outras receitas	868	620
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	122	(1.604)
Receitas de ultrapassagens	(924)	(632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(286)	(962)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	74.646	58.110
Insumos consumidos	58.568	47.352
Serviços de terceiros	2.750	2.532
Materiais	1.761	1.240
Custo de construção	10.158	5.064
Outros	1.409	1.922
(=) Valor adicionado bruto	55.281	55.992
(-) Quotas de reintegração	3.430	3.335
Depreciação, amortização e exaustão	3.430	3.335
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	51.851	52.657
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.562	1.231
Receitas financeiras	1.562	1.231
(=) Valor adicionado total a distribuir	53.413	53.888
Distribuição do valor adicionado	53.413	53.888
Pessoal	6.777	6.360
Remuneração direta	5.095	4.716
Auxílio alimentação	556	592
Assistência médica/Plano de saúde	245	272
Encargos sociais exceto INSS	784	708
Outros	97	72
Governo	42.706	39.721
Federais	15.534	15.831
INSS (Folha de pagamento)	1.001	1.027
Imposto de renda e Contribuição social	252	249
PIS/COFINS	760	757
Encargos do consumidor	13.521	13.798
Estaduais	27.145	23.865
ICMS	27.145	23.865
Municipais	27	25
ISSQN	27	25
Remuneração de capital de terceiros	1.898	2.950
Outras despesas financeiras	1.898	2.950
Remuneração de capitais próprios	2.032	4.857
Sobras/Perdas do exercício	2.032	4.857
Valor adicionado (médio) por empregado	529	513

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna todos do estado de Santa Catarina, atendendo a 40.571 consumidores cativos e 07 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para

possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Concessionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Concessionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Concessionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Concessionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Concessionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Concessionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Concessionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A concessionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

DERIVATIVOS: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Concessionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos

moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) SUBVENÇÃO CDE – DESCONTOS TARIFÁRIOS

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a SGT deve utilizar o mercado considerado no período de referência deste processo tarifário.

A tabela a seguir (*Tab. 07 da REH nº 2.764 ANEEL 25/08/2020*) apresenta o valor mensal a ser repassado pela CCEE à distribuidora no período de competência de agosto/2020 a julho/2021, até o 10º dia útil do mês subsequente. Esse valor contempla também o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e realizados no período de agosto/2019 a julho/2020.

TABELA 7 – VALOR MENSAL DA SUBVENÇÃO DA CDE PARA CUSTEAR DESCONTOS TARIFÁRIOS (Cooperaliança).

DESCRIÇÃO	AJUSTE (R\$)	PREVISÃO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
SUBSIDIO CARGA FONTE INCENTIVADA	(61.901,49)	227.365,15	165.463,65
SUBSIDIO ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO	2.470,45	8.969,25	11.439,70
SUBSIDIO RURAL	(2.969,87)	92.716,20	89.746,34
SUBSIDIO IRRIGANTE/AQUICULTOR	175,95	613,38	789,33
TOTAL	(62.224,97)	329.663,98	267.439,01

E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade

do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “12” e “24” respectivamente, a partir desta data.

No período de 2020 foram homologados os seguintes valores de componentes financeiros conforme homologado no reajuste tarifário. (Tab. 12 da NT nº 165/2020-SGT/ANEEL 20/08/2020

Tabela 11. Componentes Financeiros

Componentes Financeiros	Valor (R\$)	Participação
CVA em processamento - Energia	(888.157)	-1,07%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	911.082	1,10%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	(209.399)	-0,25%
Neutralidade de Parcela A- Energia	(159.363)	-0,19%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	603.670	0,73%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	(380.843)	-0,46%
Ajuste CUSD	(74.209)	-0,09%
Total	(197.218)	-0,24%

H) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou

empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017/2018, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento de valores positivos no ativo imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No período de 2020 houveram apenas as realizações de baixas, alienações ou amortização.

J) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos

usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

K) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

As obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste conta, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, em subconta específica que será amortizada a partir do próximo ciclo de revisão tarifária de sua constituição e com as taxas de amortização de acordo com o item 6.3.14 - Obrigações Vinculadas à Concessão.

L) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido;

- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

M) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

N) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário disponível	2020	2019
Caixa	6	7
Bancos	2.465	3.044
TOTAL	2.471	3.051

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2020	2019
Numerário	174	409
TOTAL	174	409

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2020	2019
Bradesco S/A	CDB	diário	5% CDI	15	49
Banco do Brasil	BB Renda	diário	Renda Fixa	200	
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest.	diário	Renda Fixa	216	234
Banco Itaú	Apic. Aut	diário	Variável	462	761
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	12	11
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	5% CDI	22	6
TOTAL				927	1.061

7) CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2020	2019
Faturados	40.578	38.995
TOTAL	40.578	38.995

a) Composições das contas a receber

Legislação societária								
					Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2020	2019	2020	2019
Residencial	3.198	1.061	712	4.971	(718)	(651)	4.253	3.451
Industrial	3.107	208	2.023	5.338	(2.288)	(2.395)	3.050	2.072
Comercial	2.799	373	732	3.904	(691)	(645)	3.213	2.663
Rural	721	208	94	1.023	(86)	(91)	937	947
Poder público	77	-	7	84	(7)	(7)	77	100
Iluminação pública	417	168	138	723	(137)	(137)	586	342
Serviço público	156	1	-	157	-	-	157	131
Renda não faturada	3.135	-	-	3.135	-	-	3.135	2.800
Subtotal - consumidores	13.610	2.019	3.706	19.335	(3.927)	(3.926)	15.408	12.506
Serviço taxado	25	20	35	80	(33)	(32)	47	53
Participação financeira	-	-	4	4	(4)	-	-	4
Parcelamentos	297	396	797	1.490	(400)	(419)	1.090	721
Encargo	-	-	-	-	-	-	-	-

de capacidade								
Desconto TUSD cons. Livre	2.754	-	-	2.754	-	-	2.754	2.835
TOTAL - CIRCULANTE	16.686	2.435	4.542	23.663	(4.364)	(4.377)	19.299	16.119
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 criou a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), por meio dela, são concedidos descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse residencial baixa renda.

A Lei 12.212 de 20 janeiro de 2010 e o Decreto nº7.583, de 13 de outubro de 201, regulamentam esse benefício.

8) RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2020	2019
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	135	133
Tarifa de correio	9	9
Juros de mora	118	81
Custo Administrativo	32	36
Atualização monetária	199	30
Renda de serviço de arrecadação	21	12
TOTAL	514	301

9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2020	2019
ICMS sobre o ativo imobilizado	149	75
ICMS (faturas canceladas)	15	2
COFINS	-	1
Saldo negativo de CSLL	135	122
IRRF	100	98
Saldo negativo de IRPJ	262	227
TOTAL	661	525

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2020	2019
ICMS sobre ativo imobilizado	301	91
TOTAL	301	91

10)OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2020	2019
Empregados	44	52
Serviços prestados a terceiros	93	94
Equipamentos em poder de terceiros	342	403
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	390	488
Cheques em cobrança	79	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	487	336
Cheques sem Custódia	8	8
Desativações em Curso	218	102
Outros	33	33
TOTAL	1.700	1.601

c) Não circulante

	Legislação Societária	
	2020	2019
Consórcio Nacional Volkswagen	130	121
Empregados	37	37
TOTAL	167	158

11)DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2020	2019
Subsídios tarifários e redução da tarifária	321	446
TOTAL	321	446

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº2.764, de 27 de agosto de 2019, e nota técnica nº 165/2020 – SGT/ANEEL.

12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2020	2019
Provisão PCLD – Fornecimento	3.927	3.926
Provisão PCLD – Serviços Cobráveis	33	32
Provisão PCLD – Participação Financeira Cons.	4	-
Provisão PCLD – Parcelamento	400	419
Provisão PCLD – outros Créditos	565	565
Provisão PCLD – rendas a receber	243	105
TOTAL	5.172	5.047

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução normativa nº. 605, de 11 de março de 2014, item 6.3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

13)ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2020	2019
Almoxarifado de serviço	277	43
Almoxarifado Sucata	81	79
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	171	610
TSEA Energia – Transformador – Subestação 20/26MVA		480
Tezza Montagens Elétricas Ltda	181	-
Adiantamento a fornecedores	18	3
TOTAL	728	1.215

14)SERVIÇOS EM CURSO

Serviços prestados a terceiros	Legislação Societária	
	2020	2019
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	648	568
Programa de Eficiência Energética – PEE	862	1.107
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	1	5
TOTAL	1.511	1.680

15)DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2020	2019
Seguros de veículos	10	2
TOTAL	10	2

16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2020	2019
CVA-CDE	970	1.496
CVA-PROINFA	-	203
CVA-Compra de Energia	50	1.169
Neutralidade da Parcela A	403	306
TOTAL	1.423	3.174

17) TRIBUTOS DIFERIDOS

	Legislação Societária	
	2020	2019
Prejuízo Fiscal – IRPJ/CSLL	342	-
TOTAL	342	-

18) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2020	2019
Trabalhistas	79	33
TOTAL	79	33

19) INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2020	2019
Credija – Sicoob – SC	12	12
Unicred	5	5
Acicred	45	41
Cresdisulca	4	3

	Legislação societária	
	2020	2019
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
Maquinas e Equipamentos	16	18
TOTAL	2.152	2.149

20) IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

	Legislação Societária			
	2019	Adição / Depreciação	Baixas	2020
Imobilizado				
Ajuste de avaliação patrim.	21.701		(829)	20.872
Edificações	2.283			2.283
Intangíveis	300			300
Licenças e softwares	(81)	5		(76)
Maquinas e equipamentos	70.962	6.243	(1.494)	75.711
Moveis e utensílios	438	21		459
Servidões	300			300
Sistemas e outros	484			484
Terrenos	2.431			2.431
Veículos	1.099	198	(123)	1.174
Imobilizado Total	99.917	6.467	(2.446)	103.938
Depreciação				
Ajuste de avaliação patrimon.	(22.883)	(118)		(23.001)
Edificações	(822)	(65)		(887)
Licenças e softwares	(203)	(9)		(212)
Maquinas e equipamentos	(23.797)	(2.556)	345	(26.008)
Moveis e utensílios	(239)	(19)		(258)
Veículos	(704)	(58)	75	(687)
Depreciação Total	(48.648)	(2.825)	420	(51.053)
Contas em Curso	1.916	3.846	-	5.762
Contas em Curso Total	1.916	3.846	-	5.762
Total	53.186	7.488	(2.026)	58.648

	Legislação Societária	
	2020	2019
Ativo Indenizável (Concessão)	1.577	1.141
Intangível	57.071	52.045
Total	58.648	53.186
Ativo imobilizado (Regulatório)	58.648	53.186

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

21) FORNECEDORES

a) circulante

	Legislação societária	
	2020	2019
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	10.783	8.886
Materiais e serviços	2.807	2.548
TOTAL	13.590	11.434

c) Não circulante

	Legislação Societária	
	2020	2019
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	-	1.056
TOTAL	-	1.056

22) FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2020	2019
Diretores	13	13
Empregados	237	224
Pensões Judiciais descontadas	1	1
Sindicato	3	3
Convênios/repasses descontados dos funcionários	69	51
TOTAL	323	292

23) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Circulante	Legislação Societária	
	2020	2019
ICMS normal	2.751	1.412
ICMS parcelamentos	3.722	1.930
Imposto de renda	40	13
PIS a recolher	13	12
COFINS a recolher	59	54
ISS – Imposto Sobre Serviço	32	1
INSS empresa	99	102
INSS autônomos	2	1

FGTS	55	55
INSS prestadores de serviços	25	25
PIS	7	7
Contribuição social	11	1
Contribuição Social - Empregados	45	41
Imposto de Renda - Empregados	72	71
Contribuição Social – Diretor	4	4
TOTAL	6.937	3.729

24) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. CIRCULANTE

					Legislação Societária	
Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2020	2019
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% +cdi	13/04/2020	-	119
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	-	59
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE	SC-45.669	3	6,25 a.a	15/12/2032	75	-
Banco Reg. Desenv. Ext. – BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	-	396
Banco Safra	002109705	2	1,15% a.m + CDI	02/03/2022	1.117	1.295
Banco Itaú (W1)	54672255-4	2	4,184 % a.m + CDI	25/04/2022	2.206	3.080
TOTAL					3.398	3.949

b. NÃO CIRCULANTE

					Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2020	2019
Banco Safra	002109705	2	1,15% a.m + CDI	02/03/2022	201	994
Banco Itaú	54672255-4	2	4,184 % a.m + CDI	25/04/2022	578	1.724
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	SC-45.669	3	6,25 a.a	15/12/2032	926	-
TOTAL					1.705	2.718

GARANTIAS

1 – Caução

2 – Aval

3 – Alienação fiduciária

4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M ²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

25) CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2020	2019
Consumidores	420	263
Créditos de ICMS	59	695
Recuperação Judicial	70	62
Outros créditos	348	409
TOTAL	897	1.429

26) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2020	2019
CVA-Compra de Energia	-	47
CVA-Proinfa	393	-
Saldo a Compensar CVA	140	48
Passivo Regulatório	1.376	1.376
Neutralidade da Parcela A	360	377
Ajuste do CUSD	49	-
TOTAL	2.318	1.848

27) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2020	2019
Férias	603	447
INSS	161	173
FGTS	48	48
PIS	6	6
FAT	11	5
TOTAL	829	679

28) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Legislação Societária	
	2020	2019
PROINFA	384	739
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	2.740	1.852
Encargos CCEE	377	377
Encargos tarifários	7	48
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.328	967
Taxa de Fiscalização	9	-
TOTAL	4.845	3.983

29) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2020	2019
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	32	26
Pesquisa e desenvolvimento – MME	16	13
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	1.228	1.252
Programa de Eficiência Energética	2.394	2.793
TOTAL	3.670	4.084

30) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2020	2019
Convênios	33	8
Taxa de fiscalização	-	9
Cosip	634	513
Outras	10	10
TOTAL	677	540

31) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

32) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2020	Valor da Provisão		2019
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	-	1.295	-	-	1.295	-
	Valor da Provisão		2020	Valor da Provisão		2019
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	-	373	33	-	373	33
Subtotal	-	373	33	-	373	33
Regulatórias						
Outras		767	-	-	767	-

Subtotal		767	-	-	767	-
TOTAL		2.435	33	181	2.435	33

a. Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

b. Trabalhistas

Encontra-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçadas pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.027 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 373 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

C. Regulatórias

Também foram provisionados valores referente compra de energia não faturados pela Supridora (Celesc). De acordo com a legislação vigente a Administração da Concessionária entende que o montante da dívida pode chegar a R\$ 766 mil reais".

33) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2020	2019
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	1.803	(184)	1.619	662
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(48)	91	97
Programa de Eficiência Energética	54	(18)	36	38
Pesquisa e Desenvolvimento	531	(141)	390	411
Ultrapassagens de Demanda e Reativo	4.243	-	4.243	3.319
TOTAL	6.770	(391)	6.379	4.527

34) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2020, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Associados)		486
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		92
(+)Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		-
(+)Sobras líquidas do exercício		2.032
(=)Total das sobras/perdas		2.610
(-)Resultado com não Associados (Terceiros)		425
(-)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		92
(=) Base para Destinações Legais e Estatutárias		2.092
Fundo de reserva legal	10%	209
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	105
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	1.046
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	517
Total das destinações estatutárias		1.360
Sobras à disposição da AGO		732

35) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

34.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.737, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da

Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2020	2019
Capital Subscrito	1.829	1.682
(-) Capital a Integralizar	(92)	(83)
TOTAL	1.737	1.599

34.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2020	2019
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

34.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2020	2019
Ajuste de avaliação patrimonial	5.714	6.573
TOTAL	5.714	6.573

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	6.573
Bens baixados no período	(281)
Constituição do AVP	-
Realização do AVP	(578)
Saldo Final	5.714

34.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2020	2019
Reserva legal	8.032	7.823
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	1.639	1.053
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	23.777	21.063
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	732	1.667
TOTAL	35.699	33.125

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 18 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no**

exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral”.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

36) RECEITA OPERACIONAL

36.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Consumidores						
Residencial	34.770	33.275	68.388	62.674	15.022	12.819
Industrial	196	184	83.890	89.723	11.373	5.561
Comercial	2.829	2.641	43.790	40.180	10.041	7.378
Rural	2.526	2.655	11.841	12.261	2.172	1.897
Poder público	214	198	1.409	1.782	331	381
Iluminação pública	04	04	11.931	11.433	1.659	1.509
Serviço público	34	33	2.716	2.224	622	456
Consumo próprio	05	05	130	135	-	-
TOTAL	40.578	38.995	224.095	220.412	41.220	30.001

36.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2020	2019
Residencial	24.634	21.102
Industrial	11.134	14.334

Comercial	12.932	12.011
Rural	3.508	3.099
Poder público	546	628
Iluminação pública	2.665	2.407
Serviço público	822	618
TOTAL	56.241	54.199

36.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2020	2019
Fornecimento Não Faturado	335	625
TOTAL	335	625

36.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução

	Legislação Societária	
	2020	2019
Repasse à Conta CCBRT	(1.080)	(2.591)
Ajuste CUSD	(58)	(59)
TOTAL	(1.138)	(2.650)

36.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos

	Legislação Societária	
	2020	2019
Neutralidade (Constituição)	-	(80)
Neutralidade (Amortização)	(122)	(1.524)
TOTAL	(122)	(1.604)

36.6 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2020	2019
Industrial	16.992	17.910
TOTAL	16.992	17.910

36.7 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2020	2019
Doações, contribuições e subvenções	4.556	10.692
TOTAL	4.556	10.692

36.8 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2020	2019
Serviços Cobráveis	204	368
TOTAL	204	368

37) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.

37.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2020	2019
ICMS	27.145	23.865
PIS-PASEP	135	135
COFINS	625	622
ISSQN	27	25
TOTAL	27.932	24.647

37.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2020	2019
Programa de Eficiência Energética - PEE	386	358
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.498	12.948
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	386	358
Taxa de fiscalização	111	104
Saldo a Compensar CVA	140	30
TOTAL	13.521	13.798

37.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2020	2019
Ultrapassagem de Demanda	416	290
Ultrapassagem de Reativos	508	342
TOTAL	924	632

38) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2020	2019	2020	2019
Celesc Distribuição S/A	244,60	239,71	42.143	36.871

39) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

	Legislação Societária	
	2020	2019
Encargo do Uso de Sistema de Distribuição	16.425	10.481
TOTAL	16.425	10.481

40) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2020	2019
Remunerações (incluídos diretores R\$ 462)	5.533	5.347
Encargos sociais	2.109	2.010
Auxílio alimentação	743	798
Convênio assistencial e outros benefícios	328	367
Roupas profissionais	17	31
Seguros	20	11
Auxílio Transporte	67	7
Capacitação e treinamento	25	48
Provisões	1.404	1.169
(-) Transferência para ordens em curso	(2.468)	(2.401)
TOTAL	7.778	7.387

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoesuc no valor total de R\$ 462 mil.

41) RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2020	2019
Receitas financeiras	1.562	1.231
(-) Despesas financeiras	(1.898)	(2.950)
TOTAL	(336)	(1.719)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2020	2019
Receitas de aplicações financeiras	9	38
Encargos financeiros sobre energia	858	743
Outras – Receitas financeiras	79	94
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	102	243
Descontos Obtidos	1	3
Atualização Monetária	513	110
TOTAL	1.562	1.231

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2020	2019
Juros IOF	34	476
Outras despesas	26	78
Juros ICMS	272	345
Multa indicadores de continuidade	12	13
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	18	3
Multas moratórias	49	36
Multas compensatórias/Sancionatórias	-	1
Juros Fornecedores	791	770
Juros sobre financiamentos	605	1.035

Despesas SELIC P&D e PEE	56	121
Multas – IR/CSLL	35	72
TOTAL	1.898	2.950

42) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2020	2019
Associados	98.934	90.048
Não associados	18.674	18.861
TOTAL DA RECEITA	117.608	108.909

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Em 2020 o resultado com terceiros (não associados) foi positivo em R\$ 426 mil tivemos R\$ 73 mil de contribuição social e R\$ 179 mil de imposto de renda.

43) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

44) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa seguro de vida.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$635,08 (seiscentos e trinta e cinco reais e oito centavos).

Vale Feira a todos os colaboradores em convenio com Cooperativa Agrícola e Pesca FAM-IÇARA no valor de R\$20,00 (Vinte reais)

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ErgoMedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

45) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

46) SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada
Veículos		
Frota	05/01/2020 a 05/01/21 12/01/2020 a 12/01/2021	1.853

47) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

48) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT Agosto/2021



Reginaldo de Jesus
Presidente



Anselmo Freitas
Secretário



Daniel Zanolli Vieira
CRCSC.030661/O-7

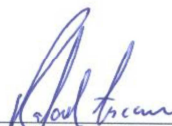
PARECER CONSELHO FISCAL

ATA Nº 233 DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, ELEITO EM 30 (TRINTA DIAS) DE SETEMBRO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE). Realizada aos 08 (Oito) dias do mês de março de 2021 (dois mil e vinte um), na sede da Cooperaliança, Rua Ipiranga, 333, centro, Içara – SC, CEP: 88820-000, Santa Catarina, às 18h (dezoito) horas, com a presença dos membros efetivos do Conselho Fiscal: Marcelo Silveira Cascaes, Rafael Corneo Zaccaron de forma online e Evanor Osmar Prudêncio e os suplentes: Valmir Teixeira, Juraci Machado da Silva Bombazar e Juliana Duart Esser Augustinho. No primeiro momento o conselho se reuniu com o representante da assessoria contábil da empresa Nova Energia Contabilidade na pessoa do Sr. Gustavo de Medeiros Coelho, e o gerente contábil da Aliança, Sr. Daniel Zanolli Vieira de forma online, colaborador Ivanir José Figueiras Pacheco e Flávia Crecêncio para examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, demonstração das sobras, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e vinte a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Em seguida, após avaliação, emitiram o seguinte parecer: “em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que após exames detalhados dos documentos e trabalhos executados durante o ano de dois mil e vinte, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da cooperativa e ainda reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária marcada para 18 (dezoito) de março de dois mil e vinte um, cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social, somos de parecer favorável no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembleia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar o coordenador do conselho fiscal Marcelo Silveira Cascaes deu por encerrada a reunião da qual eu, Rafael Corneo Zaccaron, secretário lavrei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal”.

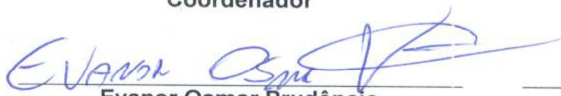
Içara - SC, 08 de março de 2021.



Marcelo Silveira Cascaes
Coordenador



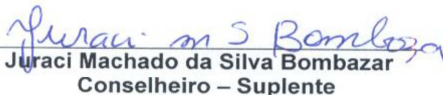
Rafael Corneo Zaccaron
Secretário



Evanor Osmar Prudêncio
Conselheiro – Efetivo



Valmir Teixeira
Conselheiro - Suplente



Juraci Machado da Silva Bombazar
Conselheiro – Suplente



Juliana Duart Esser Augustinho
Conselheiro - Suplente

PARECER AUDITORES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA ALIANÇA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Concessionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Concessionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 05 de março de 2021.



MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2021 - DIGITAL

O Presidente da Cooperativa Aliança – Cooperaliança, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do que preconiza a Instrução Normativa DREI nº 79 de 14 de Abril de 2020, ao **artigo 43-A e Parágrafo Único da Lei 5.764/1971 inclusa pela Lei nº 14.030/2020, bem como o Decreto Estadual de nº 1.168 de 24 de Fevereiro de 2021**, convoca todos os associados para participarem de forma online da Assembleia Geral Ordinária – AGO DIGITAL a realizar-se do dia 18 de Março de 2021, conforme previsto na IN 79 de Abril de 2020, considerando o local da assembleia a sede da Cooperaliança sito à Rua Ipiranga, nº 333, Bairro centro, Cidade de Içara – SC. Preliminarmente, Justifica-se para os devidos fins legais e de direito que a AGO de 2021 será realizada na modalidade digital, devidamente autorizada pela Lei do Cooperativismo, a fim de proteger a saúde, a integridade física, sobretudo a vida dos associados e dos envolvidos nos trabalhos da assembleia de possível infecção da COVID-19, haja vista que vivemos momentaneamente sob a drástica pandemia do novo coronavírus que assola não somente o Brasil, mas o mundo de forma geral. A assembleia será transmitida/apresentada pelo canal do Youtube da Cooperaliança, informações para o acesso estarão disponíveis no endereço www.cooperalianca.com.br/assembleia, ressaltando-se que somente terão direito ao voto os associados que realizarem o pré-cadastro junto a Cooperaliança através do telefone 0800 484040 clicando na opção de número 03 (três) que estará disponível aos associados a partir do lançamento do presente edital. A primeira convocação se dará às **17h** com a participação online de 2/3 de seus associados, às **18h** em segunda convocação com a participação online de metade mais 01 (um) de seus associados ou às **19h** em terceira e última convocação com a participação online de no mínimo 10 (dez) associados conectados na plataforma CURIA, para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2020, compreendendo:

a) Relatório da Gestão;

- b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício.
- 3) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal, período 2021.
- 4) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de investimentos para o exercício de 2021.
- 6) Plano de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).
- 7) Assuntos gerais.

OBSERVAÇÕES:

- a) Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 44.286 associados;
- b) A eleição constante no item 03(três) do edital de convocação da AGO publicado no dia 26 de Fevereiro de 2021 será na forma digital e terá início logo após o término das votações dos demais itens da ordem do dia com duração de 1 (uma) hora e meia, quando será declarada e empossada no cargo imediatamente a chapa eleita;
- c) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até às 18h, do dia **08 de Março de 2021**;
- d) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus participantes;

- e) Os documentos a serem apreciados no item 01(um) da Ordem do Dia do edital de convocação da AGO serão publicados no dia 09 de Março de 2021, permanecendo disponíveis aos associados na sede Administrativa e através do endereço eletrônico www.cooperalianca.com.br;
- f) Para exercer seu direito de voto, o associado (pessoa física ou jurídica e entidades associadas) deverão realizar pré-cadastro por meio do telefone 0800-484040, clicando na opção de número 03 (três) que estará disponível aos associados a partir do lançamento do presente edital devendo para tanto estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa;
- g) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores até no dia 18 de Março de 2021, impreterivelmente até às 16h59min, habilitam a exercer o direito de voto, devendo, portanto, ser comprovados os respectivos pagamentos com a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica pelos meios indicados pela secretaria da assembleia/eleição no momento do pré-cadastro;
- h) As deliberações da assembleia serão de forma digital na plataforma CURIA, obtendo acesso ao link através do site www.cooperalianca.com.br/assembleia no dia 18 de Março de 2021. A Cooperaliança não se responsabiliza por eventuais problemas em equipamentos de informática e/ou conexão à rede mundial de computadores do associado;
- i) Os associados e consumidores cadastrados ou não, poderão assistir a assembleia pelo Youtube por meio do endereço www.cooperalianca.com.br/assembleia, ressalvando-se que somente terão direito ao voto os associados que realizarem o pré-cadastro nos termos da alínea “f” acima descrito.

Içara 26 de Fevereiro de 2021.



Reginaldo de Jesus
Presidente

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ: 83.647.990/0001-81
NIRE: 42.4.0000375-3
RUA IPIRANGA, N° 333, BAIRRO CENTRO
CIDADE DE IÇARA/SC CEP: 88.820-000 TELEFONE: (48) 3461-3200

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE 18/03/2021

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada em terceira e última convocação aos 18 (dezoito) dias do mês de março do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), nas dependências da sede social da distribuidora, sito à Rua Ipiranga, nº 333, Centro, Içara nas acomodações do auditório da sede administrativa. Na abertura da assembleia estavam presentes 376 (trezentos e setenta e seis) associados aptos ao voto, conforme registro extraído da plataforma CURIA, caracterizando-se, portanto, a presença dos associados de forma virtual (online), desta forma, comprova-se o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea “c”, do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2021 – DIGITAL** O Presidente da Cooperativa Aliança – Cooperaliança, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do que preconiza a Instrução Normativa DREI nº 79 de 14 de Abril de 2020, ao artigo 43-A e Parágrafo Único da Lei 5.764/1971 inclusa pela Lei nº 14.030/2020, bem como o Decreto Estadual de nº 1.168 de 24 de Fevereiro de 2021, convoca todos os associados para participarem de forma online da Assembleia Geral Ordinária – AGO DIGITAL a realizar-se do dia 18 de Março de 2021, conforme previsto na IN 79 de Abril de 2020, considerando o local da assembleia a sede da Cooperaliança sito à Rua Ipiranga, nº 333, Bairro centro, Cidade de Içara – SC. Preliminarmente, Justifica-se para os devidos fins legais e de direito que a AGO de 2021 será realizada na modalidade digital, devidamente autorizada pela Lei do Cooperativismo, a fim de proteger a saúde, a integridade física, sobretudo a vida dos associados e dos envolvidos nos trabalhos da assembleia de possível infecção da COVID-19, haja vista que vivemos momentaneamente sob a drástica pandemia do novo coronavírus que assola não somente o Brasil, mas o mundo de forma geral. A assembleia será transmitida/apresentada pelo canal do Youtube da Cooperaliança, informações para o acesso estarão disponíveis no endereço www.cooperalianca.com.br/assembleia, ressalvando-se que somente terão direito ao voto os associados que realizarem o pré-cadastro junto a Cooperaliança através

do telefone 0800 484040 clicando na opção de número 03 (três) que estará disponível aos associados a partir do lançamento do presente edital. A primeira convocação se dará às 17h com a participação online de 2/3 de seus associados, às 18h em segunda convocação com a participação online de metade mais 01 (um) de seus associados ou às 19h em terceira e última convocação com a participação online de no mínimo 10 (dez) associados conectados na plataforma CURIA, para deliberarem a seguinte: ORDEM DO DIA: Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2020, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; d) Parecer do Conselho Fiscal. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício. 3) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal, período 2021. 4) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. 5) Plano de investimentos para o exercício de 2021. 6) Plano de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). 7) Assuntos gerais. OBSERVAÇÕES: Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 44.286 associados; A eleição constante no item 03(três) do edital de convocação da AGO publicado no dia 26 de Fevereiro de 2021 será na forma digital e terá início logo após o término das votações dos demais itens da ordem do dia com duração de 1 (uma) hora e meia, quando será declarada e empossada no cargo imediatamente a chapa eleita; Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até às 18h, do dia 08 de Março de 2021; As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus participantes; Os documentos a serem apreciados no item 01(um) da Ordem do Dia do edital de convocação da AGO serão publicados no dia 09 de Março de 2021, permanecendo disponíveis aos associados na sede Administrativa e através do endereço eletrônico www.cooperalianca.com.br; Para exercer seu direito de voto, o associado (pessoa física ou jurídica e entidades associadas) deverão realizar pré-cadastro por meio do telefone 0800-484040, clicando na opção de número 03 (três) que estará disponível aos associados a partir do lançamento do presente edital devendo para tanto estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa; Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores até no dia 18 de Março de 2021, impreterivelmente até às 16h59min, habilitam a exercer o direito de voto, devendo, portanto, ser comprovados os respectivos pagamentos com a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica pelos

meios indicados pela secretaria da assembleia/eleição no momento do pré-cadastro; As deliberações da assembleia serão de forma digital na plataforma CURIA, obtendo acesso ao link através do site www.cooperalianca.com.br/assembleia no dia 18 de Março de 2021. A Cooperaliança não se responsabiliza por eventuais problemas em equipamentos de informática e/ou conexão à rede mundial de computadores do associado; Os associados e consumidores cadastrados ou não, poderão assistir a assembleia pelo Youtube por meio do endereço www.cooperalianca.com.br/assembleia, ressalvando-se que somente terão direito ao voto os associados que realizarem o pré-cadastro nos termos da alínea “f” acima descrito. Içara 26 de fevereiro de 2021. Reginaldo de Jesus, Presidente. Em seguida o presidente agradeceu a presença virtual de todos, e considerando as legislações pertinentes que autorizaram a realização da assembleia por esta modalidade, deu início aos trabalhos passando a compor a mesa, convidando o coordenador do Conselho Fiscal, Marcelo Silveira Cascaes, a colaboradora e contadora Flávia Crecêncio e o Engenheiro Eletricista Edmilson Maragno. Em seguida o Presidente solicitou que a colaboradora Talita Lima que realizasse a leitura do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária de 2021. Logo após foi mencionado pelo presidente que a presente assembleia seguiu os requisitos do estatuto social, bem como demais legislações pertinentes, como, jornal Tribuna de Notícias publicado na Edição nº 503, Ano 2, pag. 06, de 26, 27 e 28 de fevereiro de 2021, e jornal Gazeta publicado na Edição nº 2360, Ano 18, pag. 14, de 26 de fevereiro de 2021. Dando sequencia aos trabalhos, o presidente fez a leitura do **PRIMEIRO ITEM** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração referente ao exercício de 2020, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal; Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, foi solicitado pelo Presidente que o Senhor Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e a colaborado Flávia Crecêncio, fizessem esta apresentação. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, logo após por meio de gravação de imagem o Sr. Ivan Rzatki fez a leitura do Parecer da Auditoria Independente opinando sobre as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentando-se adequadas em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA ALIANÇA, 05 de março de 2021. As sobras de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data encontram-se de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Em seguida o Senhor Marcelo Silveira Cascaes, Coordenador do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do

Conselho referente às contas apresentadas, no qual restou opinado favoravelmente pela aprovação das mesmas. Logo após o Presidente solicitou que à associada Eduarda Wusnieski Marcelino para presidir a votação deste item, que assumindo a presidência da assembleia colocou para apreciação a matéria, não havendo manifestações contrárias, a associada em exercício da Assembleia colocou em votação, as contas do exercício de 2020 (dois mil e vinte), com tempo de 5 (cinco) minutos para a votação por meio da plataforma CURIA. Aberto o tempo para votação houve manifestações de associados votantes por meio do endereço de e-mail que foi disponibilizado pela Cooperaliança relatando os mesmos de não conseguir finalizar seu voto no item 01, sendo que a plataforma CURIA apresentou inconsistência para tanto. Após finalizado o tempo de 05 (cinco) minutos e apresentado o resultado final, observou-se a eminente distância entre o número de associados votantes e o número de associados presentes virtualmente na assembleia. Logo, por se tratar de um direito do associado em expressar seu voto de forma livre e desembaraçada, o Presidente em atenção a esse direito, solicitou aos associados que aguardassem um tempo estimado de 15 (quinze) minutos para que fosse averiguada a situação juntamente com departamento de informática e demais técnicos que ali se fizeram presentes a fim de solucionar o ocorrido. E, uma vez que normalizada a situação, seria colocado novamente em votação o Item de número 01 da ordem do dia, resguardando o direito do associado quanto ao seu exercício de voto. Passado o tempo, o Presidente com a palavra pediu escusas aos associados presentes de forma virtual, comunicando que infelizmente os problemas ocorridos se deram por ordem técnica, fugindo totalmente da operacionalidade humana, que embora proporcionara momentos desagradáveis, os mesmos se encontravam aptos ao prosseguimento. Desta forma, após normalizada a condição técnica da plataforma de votação deu-se seguimento aos trabalhos. Conforme justo e estabelecido entre todos os técnicos presentes na assembleia, foi aberto novamente o Item de número 01 da ordem do dia pela associada Eduarda Wusnieski Marcelino que assumindo a presidência dos trabalhos colocou para apreciação a matéria, não havendo manifestações contrárias, colocou em votação, as contas do exercício de 2020 (dois mil e vinte), com tempo de 5 (cinco) minutos para a votação por meio da plataforma CURIA. Estavam presentes virtualmente 321 (trezentos e vinte e um) associados, com público votante de 235 (duzentos e trinta e cinco) associados, sendo que 232 (duzentos e trinta e dois) votos foram a favor, 3 (três) votos pela desaprovação e nenhum voto de abstenção, restando, portanto, aprovado pela maioria. Após, no **SEGUNDO ITEM** da ordem do dia, referente à destinação das sobras do exercício de 2020

(dois mil e vinte) assim compostas às bases para destinações legais e estatutárias de **R\$ 2.092.200,66 (dois milhões, noventa e dois mil, duzentos reais e sessenta e seis centavos)**, Reserva Legal de **R\$ 209.220,07 (duzentos e nove mil, duzentos e vinte reais e sete centavos)**, FATES com associados no valor de **R\$ 104.610,03 (cento e quatro mil, seiscentos e dez reais e três centavos)**, do resultado com não associados foi de **R\$ 517.297,42 (quinhentos e dezessete mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos)**, de acordo com artigo 48 (quarenta e oito) do estatuto social, totalizando o valor do FATES em **R\$ 621.907,45 (seiscentos e vinte e um mil, novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos)**. E o Fundo de Expansão e manutenção do Sistema de Distribuição de **R\$ 1.046.100,33 (um milhão, quarenta e seis mil, cem reais e trinta e três centavos)**, também restou à disposição da assembleia o valor de **R\$ 732.270,23 (duzentos e trinta e dois mil duzentos e setenta reais e vinte e três centavos)** que foi aprovado e destinado, por unanimidade ao Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição. Aberto para discussão não houve nenhuma manifestação para o item apreciado, aberto tempo de 5 (cinco) minutos para votação por meio da plataforma CURIA estavam presentes virtualmente 339 (trezentos e trinta e nove) associados, com público votantes de 237 (duzentos e trinta e sete) associados, sendo que 234 (duzentos e trinta e quatro) votos foram a favor, 01 (um) voto contrário e 2 (dois) votos de abstenção, restando, portanto, aprovado pela maioria. Dando-se continuidade à assembleia foi feita a leitura do **TERCEIRO ITEM** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal para o período de 2021 (dois mil e vinte e um). Foi informado aos associados presentes de forma (online) na assembleia que houve a inscrição de somente uma chapa. Sendo assim foi feita a leitura da mesma para o cargo de conselheiros fiscais, referente ao exercício de 2021 (dois mil e vinte e um). Foi lembrado também aos associados que a votação ocorrerá no mesmo dia, abrindo-se a votação pelo prazo de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos para que os associados tenham tempo hábil para votar de acordo com suas convicções, que seguiu com a informação de que este item a exemplo dos demais devem ser votados pela plataforma CURIA, por meio do menu eleição. Explicou ainda o Presidente que depois de esgotado o tempo de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos os eleitos serão empossados logo após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida foi feita a leitura do **QUARTO ITEM** da ordem do dia que se refere à fixação do pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes da Cooperativa Aliança junto à FECOERUSC. Para presidir a votação

desta matéria, mais uma vez foi convidada à associada Eduarda Wusnieski Marcelino que reassumindo a presidência, conduziu a mesma, levando a matéria em apreciação dos associados presentes de forma online. Foi apresentada a proposta de que os valores permanecessem os mesmos praticados atualmente, da seguinte forma: pró-labore para o exercício da presidência; **a)** R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) para o presidente do Conselho de Administração, cédula de presença aos demais Conselheiros de Administração no valor de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais) cada; **b)** cédula de presença para os Conselheiros Fiscais titulares e suplentes no valor de R\$ R\$1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais) cada; **c)** cédula de presença para os Delegados representantes da Cooperaliança junto à Fecoerusc no valor de R\$1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais) cada. Colocado em apreciação e não havendo nenhuma manifestação contrária dos associados presentes virtualmente, foi aberto tempo de 5 (cinco) minutos para votação por meio da plataforma CURIA. Estavam presentes virtualmente 354 (trezentos e cinquenta e quatro) associados, com público votante de 239 (duzentos e trinta e nove) associados, sendo que 231 (duzentos e trinta e um) votos foram a favor, 5 (cinco) votos contrários e 3 (três) votos pela abstenção, restando, portanto, aprovado pela maioria. Em sequência aos trabalhos foi feita a leitura do **QUINTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2021 (dois mil e vinte e um). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral do ano de 2020 (dois mil e vinte) e que prevê a aplicação no valor de R\$ 5.840.000,00 (cinco milhões oitocentos e quarenta mil reais). Realizada a apresentação, levado para apreciação, não houve manifestações contrárias dos associados presentes virtualmente. Desta forma foi colocada em votação a matéria por meio da plataforma CURIA. Estavam presentes virtualmente 360 (trezentos e sessenta) associados, com público votante de 173 (cento e setenta e três) associados, sendo que 172 (cento e setenta e dois) votos foram a favor, nenhum voto contrário e 01 (um) voto pela abstenção, restando, portanto, aprovado pela maioria. Logo após foi lido o **SEXTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do FATES restando o total de **R\$ 621.907,45 (seiscentos e vinte e um mil, novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos)**. Dado publicidade aos associados presentes de forma online foi apresentada aos respectivos associados a forma que fora adotada para a distribuição desses recursos, colacionando abaixo o resultado exposto e aprovado pela assembleia da seguinte forma: Valores definidos: **a)** ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recreação Assistencial R\$ 5.000,00; **b)** AMPI Associação Amigas do Peito de Içara R\$

4.000,00; c) APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Rincão R\$ 15.000,00; d) APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara R\$ 15.000,00; e) Associação Beneficente Berço dos Anjos R\$ 4.000,00; f) Associação Beneficente Família Feliz R\$ 5.000,00; g) Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente R\$ 2.000,00; h) ÉFIAS – Entidade Feminina Içarense de Assistência Social R\$5.000,00; i) Fundação Hospitalar de Içara R\$ 50.000,00; j) Grupo de escoteiros do Mar Acácia R\$ 3.500,00; k) Paróquia São Donato (Igreja Morro Bonito) R\$ 5.000,00; l) Santuário Sagrado Coração Misericordioso de Jesus (Diocese de Criciúma) R\$ 450.000,00; m) União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde de Içara R\$ 5.000,00; n) Restando a disposição do Conselho de Administração para impulsionar o Projeto Aliança Saúde o valor de R\$ 53.407,45. Vale registrar que o valor total do FATES é referente ao exercício do ano de 2020 que compreende o total de R\$ 621.907,45 (seiscentos e vinte e um mil novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos). Será adquirido, portanto, para o ano de 2021 inicialmente o quantitativo de 300 (trezentos) exames de mamografia, sendo que o encaminhamento para realização dos referidos exames será através da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara. Aberto tempo de 5 (cinco) minutos para votação por meio da plataforma CURIA. Estavam presentes virtualmente 365 (trezentos e sessenta e cinco) associados, com público votante de 201 (duzentos e um) associados, sendo que 187 (cento e oitenta e sete) votos foram a favor, 13 (treze) votos contrários e 01 (um) voto pela abstenção, restando, portanto, aprovado pela maioria. Em seguida foi feita a leitura do **SÉTIMO ITEM** da ordem do dia referente aos assuntos gerais, que não havendo manifestações, abriu-se, portanto, o prazo de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos para que os associados participantes da presente assembleia pudessem exercer seu direito de voto referente ao item 03 da Ordem do Dia por meio da plataforma CURIA no menu ELEIÇÃO. Ressaltou o Presidente que a assembleia permanecerá aberta para o cumprimento deste último item, retornando-se no prazo regimental para apuração dos votos e empossar os eleitos. Realizada a votação por meio da plataforma CURIA. Verificou-se a presença de 376 (trezentos e setenta e seis) associados, com público votante de 315 (trezentos e quinze) associados, sendo que 308 (trezentos e oito) associados votaram na chapa 01 (um), 07 (sete) votos em branco, restando, portanto, eleita a chapa 01 (um) sendo, portanto, a única chapa inscrita que foi aprovada pela maioria. Em cumprimento aos requisitos legais pertinentes segue abaixo a qualificação dos novos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2021 efetivos e suplentes respectivamente: EDSON VIEIRA SILVANO, matriculado sob o nº 40.935,

brasileiro, solteiro, vendedor, portador do CPF de nº 079.676.229-52, residente e domiciliado à Rua Apolônia Coelho Réus 140 – Cond. Vivendas do Parque, Bloco 10, Casa 3 – bairro Barracão, Içara, SC, CEP 88.820-000; JURACI MACHADO DA SILVA BOMBAZAR, matriculada sob o nº 37.678, brasileira, casada, aposentada, portadora do CPF de nº 560.865.809-44, residente e domiciliada à Rua Dona Beta, nº 160, bairro Jaqueline, Içara, SC, CEP 88.820-000; EDSON RICARDO AGOSTINHO JUNIOR, matriculado sob o nº 38.235, brasileiro, casado, projetista, portador do CPF de nº 095.596.569-10, residente e domiciliado à Rodovia Donato Bernardino da Silva s/n, bairro Lombas Pedreiras, Içara, SC, CEP 88.820-000; GIOVANI FELIPE DA SILVA, matriculado sob o nº 40.726, brasileiro, casado, assessor parlamentar, portador do CPF de nº 015.948.720-07, residente e domiciliado à Rua João Menegaro, nº 45, bairro Centro, Içara, SC, CEP 88.820-000; MATEUS MOTA SILVEIRA, matriculado sob o nº 42.812, brasileiro, casado, vendedor, portador do CPF de nº 054.116.659-06, residente e domiciliado à Rua Atilio Muneretto nº42, bairro Cristo Rei, Içara, SC, CEP 88.820-000; e LEDIR JOSÉ DE OLIVEIRA, matriculado sob o nº 37.474, brasileiro, divorciado, Operador de máquinas, portador do CPF de nº 924.244.579-72, residente e domiciliado à Rua Adão Stano, s/n, bairro Jaqueline, Içara SC, CEP 88.820-000. Assim composto o novo conselho fiscal eleito na assembleia realizada no dia 18 de março de 2021, foram empossados pelo Presidente os membros da única chapa inscrita para o referido ano que declaram o que segue: **a)** “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que: temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”; **b)** “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”; **c)** “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a presente assembleia, agradecendo a presença online de todos. Aprovada a presente ATA que depois de lida foi assinada por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembleia conforme observação para o quórum de instalação da assembleia. Esta ATA é original e foi produzida por meio eletrônico.

Içara SC, 18 de março de 2021.

Reginaldo de Jesus Presidente CPF: 755.388.309-34	Anselmo Freitas Secretário CPF: 549.754.419-34
--	---